

Balanços Bibliográficos

Autoritarismo neoliberal: um balanço

 Eduardo Altheman¹

<https://orcid.org/0000-0002-1092-3461>

DOI: [10.17666/bib9804/2022](https://doi.org/10.17666/bib9804/2022)

Submetido em: 08/08/2022

Aceito em: 02/11/2022

Introdução

A segunda década do século XXI foi marcada por uma investida neoliberal-autoritária que se manifestou em diversos países. A antessala conjuntural deste ataque à democracia remete ao umbral do decênio, mais precisamente à crise financeira deflagrada em 2007-2008. Esta desencadeou, inicialmente, uma importante resposta de esquerda, manifestada especialmente nos movimentos de protesto cuja tática principal consistia na ocupação de espaços públicos como forma de questionar processos entrelaçados de financeirização, especulação imobiliária, gentrificação, desigualdade social e concentração concomitante de riqueza e poder político.

Contudo, com o arrefecimento das energias transformadoras do campo progressista, seguiu-se um movimento de contrarrevolução global que muitos enxergaram, à primeira vista, como o sepultamento das ideias neoliberais. Martin Jacques, outrora editor da revista *Marxism Today* e um dos primeiros a publicar, junto com Stuart Hall, estudos sobre os novos tempos neoliberais (cf. Hall; Jacques, 1989, 1990), por exemplo, foi um dos que enxergou, em um panorama de Brexit e Donald Trump, a “morte do neoliberalismo” (Jacques, 2016). Nancy Fraser (2020), responsável por urdir um dos mais debatidos diagnósticos desta onda, afirmaria que, da Europa à América Latina, dos Estados Unidos à Ásia, este era um momento de explosão de movimentos “antineoliberais”¹.

¹ Pós-Doutorando em Sociologia, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP) - São Paulo (SP), Brasil.

E-mail: eduardo.altheman@gmail.com

Publicada em dezembro de 2022 | pp. 1-15

¹ Embora seu diagnóstico seja mais complexo, Fraser mantém certa visão dualista que reserva ao “populismo” todas as pautas aparentemente não econômicas, sem considerar que podem advir também do campo neoliberal. Sobre isto, cf. Cooper (2019); e Della Torre e Cooper (2022).

De fato, o cenário de ascenso de fenômenos como patriotismo, militarismo, supremacismo branco, religiosidade fanática, misoginia, retórica anti-imigração, defesa de valores e famílias tradicionais e de um passado mítico em que todos (os trabalhadores, os pobres, as mulheres, as populações não brancas, gays e trans) “sabiam” quais eram seus lugares não parecia equacionar bem com um diagnóstico “habitual” de neoliberalismo. Se neoliberalismo é equiparado tão somente à defesa da expansão dos mercados, do poder corporativo, do movimento desenfreado das finanças, acompanhados do rechaço do Estado “babá” em nome de um “Estado mínimo”, a conta não parecia fechar.

No entanto, após esta primeira onda de diagnósticos, inspeções mais atentas passaram a notar como, de algum modo, as reações violentas e antidemocráticas não constituíam a pá de cal às ideias e práticas de um movimento esboçado por um “coletivo de pensamento” (Mirowski; Plehwe, 2009) formado ainda no início do século XX. Contraditoriamente, a reação ao neoliberalismo financeiro desmedido que havia desencadeado a crise passava pela afirmação desse mesmo neoliberalismo, agora reconfigurado - no léxico corporativo, tão afeito a seus ideais, ele havia sido *rebranded*. Este era mais um caso de uma dinâmica que o geógrafo inglês Jamie Peck (2013) formulou como a capacidade do neoliberalismo de “*fail forward*”: a cada derrota neoliberal, novos saberes, técnicas e instituições são adicionados a seu repertório de experimentação pelo globo, em uma dinâmica em que cada “queda” é, ao mesmo tempo, uma “queda para frente”.

A teoria social produzida em meio a este momento acompanhou este movimento contraditório de um modo de organização da sociedade que (assim como a mercadoria) insiste em determinar a vida dos vivos mesmo morto. Ela buscou dar conta desse cenário político, econômico e social que foi caracterizado como um “frankenstein” (Brown, 2018), uma colagem desconjuntada que, em sua alegada incongruência constitutiva, continuava a ameaçar as democracias ao redor do globo. Este texto busca analisar alguns dos momentos mais marcantes de análise sobre a relação multifacetada e complexa entre neoliberalismo e autoritarismo.

Os estudos críticos sobre o neoliberalismo experimentaram um verdadeiro boom na última década e meia, indicando tanto a relevância do fenômeno quanto a extensão e profundidade de seus tentáculos. A publicação (em 2004, em francês; em 2008, em inglês e português) do desbravador curso “Nascimento da biopolítica”, ministrado por Michel Foucault no Collège de France ainda em 1978 e 1979, somou-se às sólidas análises marxistas sobre o neoliberalismo, iniciadas, *grosso modo*, na década de 1990 - como os pioneiros estudos de David Harvey (1998), François Chesnais (1996), Duménil e Lévy (2000), entre outros. Da colisão entre a tradição dialética e a analítica foucaultiana - que incluiu igualmente críticas feministas, queer, da periferia do capitalismo e antirracistas -, o campo de estudos do neoliberalismo ganhou notável impulso. Um insight foucaultiano foi especialmente importante para tal, a saber, a ideia de que, apesar de certamente constituir um projeto que situa a economia no seu cerne, o neoliberalismo é, ao mesmo tempo, uma “reivindicação global, multiforme e ambígua”, um “método de pensamento”, “uma grade de análise econômica e sociológica” (Foucault, 2008, p. 301), um “princípio de inteligibilidade [e] de decifração das relações sociais e dos comportamentos individuais” (Foucault, 2008, p. 334). Neste momento, ampliou-se a compreensão de que, desde sua embrionária

concepção, o neoliberalismo constituía de fato uma drenagem financeira global, uma reestruturação do mercado de trabalho no sentido de sua total precarização, uma contrarrevolução da grande burguesia mundial ansiosa por provar a viabilidade do capitalismo – mas também englobava um projeto holístico de sociedade que incluía outros circuitos da vida social.

Difundiram-se investigações sobre a relação entre racialização e neoliberalismo (Mbembe, 2018); as afinidades eletivas entre uma concepção neoliberal de vida e inovações biotecnológicas (Cooper, 2008; Sunder Rajan, 2006); a forma neoliberal de produção urbanística e arquitetônica (Brenner; Theodore, 2008; Davis; Monk, 2007); a capilarização, reconfiguração e reprodução do neoliberalismo “desde baixo” em práticas populares (Gago, 2018); o cenário de explosão de psicopatologias neoliberais (Han, 2018); as formas de produção de uma subjetividade decalcada da empresa neoliberal (Bröckling, 2007; Dardot; Laval, 2016; Lemke, 1997); etc.

Este alargamento considerável do horizonte de estudos do neoliberalismo me impeliu a optar por um recorte temático para a escrita deste balanço, voltando a atenção às relações entre neoliberalismo e autoritarismo. Além de este ser um elemento transversal a diversos estudos do campo, trata-se de um assunto da mais alta relevância social, inclusive para o Brasil contemporâneo.

Para melhor estruturar o texto², separei as obras analisadas em três classificações distintas: teorias do neoliberalismo como choque, teorias da revolução furtiva e teorias da guerra interna. Ficará evidente, entretanto, que esta é uma divisão artificial, com fins meramente organizativos, uma vez que os assuntos abordados são organicamente relacionados e muitas vezes desenvolvidos pelos mesmos autores.

Dado que o rescaldo da crise de 2007-2008 e a publicação do curso supracitado de Foucault constituem marcos importantes para as formas assumidas pelo campo na última década, optei por situar a baliza temporal inicial no ano de 2007 (com poucas exceções, detalhadas a seguir), estendendo a análise até o presente.

Por fim, optei também por concentrar o balanço em livros escritos originalmente em língua inglesa ou para ela vertidos, por conta de seu maior impacto no campo.

Dado que as expressões de autoritarismo neoliberal continuam a ocorrer e de formas mutantes, enfatizo que este é um balanço provisório e de modo algum pretende-se exaustivo. Trata-se apenas de apresentar alguns momentos marcantes do debate em voga. Infelizmente, obras capitais não puderam ser ora analisadas.

O choque

Importante obra que retrçou o caráter eminentemente autoritário do neoliberalismo pelo globo foi *A doutrina do choque* (2008), da ativista e jornalista canadense Naomi Klein, publicada originalmente em 2007.

² Algumas ideias desenvolvidas neste balanço foram gestadas a partir de dois cursos de extensão na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) oferecidos em 2021 e 2022, junto com Carolina Soares, Helena Wilke, Mariana Amaral, Alexandre Martins e Pedro Camargos, assim como de uma comunicação, em conjunto com os dois últimos, no encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs) de 2021.

Um dos argumentos principais do livro refere-se a uma ligação intrínseca entre neoliberalismo e choque, rastreada primeiramente no Chile em 1973, mas também na Nova Orleans pós-Katrina em 2005, no Sri Lanka após o tsunami de 2004, no Iraque em 2003, na Argentina nos anos 1970, na Rússia de Boris Yeltsin, na Inglaterra de Thatcher, em suma, nos diversos momentos em que um trauma coletivo que paralisa os indivíduos e o corpo social esteve acompanhado de perto por *Friedmanites* e *Chicago Boys* - patrocinados pelo grande capital. Por meio de rico apanhado documental, Klein (2008) explora a relação entre a aplicação de choques físicos (sejam eles na forma de torturas, guerras, prisões) e políticos (golpes, sedições, conspirações), de um lado, e o choque econômico apregoado pelo receituário neoliberal, de outro. Ela explicita, deste modo, um nexo militar-acadêmico-corporativo que está na raiz de praticamente todas as experiências daquilo que Neil Brenner e Nik Theodore (2002) batizaram de "neoliberalismo realmente existente" (uma expressão não despida de problemas³, posteriormente empregada também por Wendy Brown).

Klein (2008) resgata este impulso antidemocrático na atuação dos próprios operadores neoliberais, mostrando como teóricos que juram fazer teoria "pura" sempre estiveram diretamente implicados em experiências profundamente autoritárias. Daí porque a autora retoma momentos sintomáticos dessa atuação, tais quais: os encontros entre Theodore Schultz (então chefe do Departamento de Economia da Universidade de Chicago) e Albion Patterson (diretor da Agência Americana de Cooperação Internacional com o Chile) para dar início a um programa que visava minar a influência de economistas de esquerda na América Latina e que desaguardaria na formação dos *Chicago Boys*; o envolvimento da Fundação Ford no programa de financiamento para acadêmicos estadunidenses que professassem o credo neoliberal, não apenas no Chile ou mesmo na América Latina, mas também na Indonésia, por exemplo; o engajamento pessoal de Milton Friedman, tanto em reuniões com o próprio Pinochet quanto em reveladores entrevistas para o jornal chileno *El Mercurio*, defendendo sua "terapia de choque" no país; a supervisão de Friedrich Hayek sobre o laboratório chileno, viajando ao país diversas vezes durante a ditadura pinochetista e instituindo Viña del Mar, a cidade em que o golpe havia sido projetado, como sede do encontro anual da Sociedade Mont Pèlerin de 1981 (ao qual compareceram nomes ilustres do pensamento neoliberal, além de Friedman e Hayek, também James Buchanan, por exemplo); as cartas trocadas entre Hayek e Margaret Thatcher, recomendando-lhe o Chile como case de sucesso a ser reproduzido; todo o trânsito de Donald Rumsfeld, quando ministro da Defesa de Bush filho, entre a Universidade de Chicago e a invasão do Iraque e do Afeganistão; entre tantos outros episódios reveladores dessa relação íntima entre teoria e prática neoliberal.

Uma tese análoga à de Klein voltaria a emergir três anos depois, no livro *Constructions of neoliberal reason* (2013), do já mencionado Jamie Peck, e 13 anos depois em *A sociedade ingovernável* (2020), publicado pelo filósofo francês Grégoire Chamayou em 2018 - embora ambas as obras também analisem a relação neoliberalismo/autoritarismo por outros prismas.

³ Não será possível desenvolver a crítica plenamente aqui, porém exportar diretamente do campo socialista uma expressão ("socialismo realmente existente") e empregá-la justamente para referir-se às experiências de extrema direita parece recair justamente naquilo que Foucault (2008) chama de um *coup de force* neoliberal.

Em um livro que busca analisar a trajetória errática e as configurações híbridas assumidas pelo neoliberalismo ao longo de sua história, de sua emergência nos seminários privados de Ludwig von Mises na Viena Vermelha até a administração de Barack Obama, Peck (2013) mostra como o envolvimento de neoliberais com regimes autoritários não era exclusividade estadunidense, sendo prática registrada também entre o grupo de neoliberais alemães conhecido como “ordoliberal”:

“enquanto alguns dos ordoliberais fundadores haviam ido para o exílio [...] durante a era nazista, outros permaneceram na Alemanha, juntando-se à *Akademie für Deutsches Recht*, ajudando a ‘realizar o programa nacional-socialista’ no campo do direito e economia” (Peck, 2013, p. 58).

Ordos como Walter Eucken, Franz Böhm e Alfred Müller-Armack, que viriam a ajudar a arquitetar a “economia social de mercado” alemã do pós-2ª Guerra, são exemplos de membros da Academia. Algumas posições defendidas pelo economista Alexander Rüstow pouco meses antes da ascensão de Hitler, referentes a uma associação necessária entre “economia livre e Estado forte”, tampouco eram inteiramente contrárias aos desenvolvimentos econômico-políticos do nacional-socialismo, assevera Peck (2013) – bastaria lembrar do eco de sua proposição na fórmula “Estado forte, economia saudável”, de autoria de ninguém menos que Carl Schmitt.

Chamayou (2020), por sua vez, escreveu um livro cuja tese principal está expressa em seu subtítulo: trata-se de “uma genealogia do liberalismo autoritário” (embora talvez fosse mais preciso falar em “neoliberalismo autoritário”, uma vez que é ao período iniciado no final dos anos 1960 e início dos 1970 que o autor remete primariamente sua análise). Ele mostra como, na metade dos anos 1960, é possível detectar um diagnóstico partilhado entre as classes dominantes e seus intelectuais orgânicos de que há um excesso democrático que estaria na raiz de todos os problemas econômicos, políticos e sociais enfrentados no momento. Vale lembrar que é um momento de grande efervescência política em muitos países do mundo, com os levantes de 1968, o movimento por Direitos Civis nos Estados Unidos, Panteras Negras, lutas por liberação nacional nas colônias, o movimento feminista, barricadas estudantis, greves gerais etc. Neste contexto, diversos neoliberais começam a justificar processos de retração democrática como antídoto. Ditadura, sim; mas não do proletariado.

Dentre os diversos alvos deste autoritarismo – a classe trabalhadora, o estrato gerencial, o ativismo anticapitalista e ambiental local e global –, o ataque frontal do neoliberalismo à democracia é focado no derradeiro capítulo do livro. Nele, Chamayou (2020) também aponta para estes momentos em que operadores de uma teoria que supostamente insere a liberdade em seu cerne se situam no exato momento de sua interversão em não liberdade:

“Salazar toma o poder em Portugal. Hayek envia-lhe seu projeto de Constituição com palavras gentis. Os generais dominam a Argentina, ele vai até lá dar uma sondada. Pinochet derrama sangue no Chile, lá vai ele de novo. Um boicote se lança contra a África do Sul, Hayek pega a pena para defender o regime, e assim por diante” (Chamayou, 2020, p. 347).

Ao fazê-lo, o autor, assim como Klein, demonstra como estados de exceção são a norma na história da implementação efetiva do neoliberalismo. “Disseram muitas

vezes que o liberalismo autoritário era um oxímoro – ele seria mais um pleonasma”, assevera Chamayou (2020, p. 391).

Mas ele vai além dos casos concretos e busca esta relação no interior da própria obra dos teóricos neoliberais, retomando *Os fundamentos da liberdade* (1960) para explicar como, para Hayek, é perfeitamente concebível a existência de uma democracia totalitária e de um liberalismo autoritário – e este é francamente defendido como preferível àquela. Isso porque democracia, para ele, não é o bem supremo a ser preservado – aliás, ela pode facilmente ser o estorvo, aquilo que, em excesso, destrói o fundamento principal de toda e qualquer sociedade “sadia”, que é a liberdade econômica. A democracia é apenas uma forma de governo; a liberdade, de vida. Em outras palavras, a democracia pode – e deve – ser sacrificada sempre que se tornar uma ameaça à liberdade econômica. Chamayou (2020) demonstra assim como o próprio Hayek já reservara um lugar e um papel a ser desempenhado por ditaduras no interior de seu pensamento. As declarações públicas defendendo-as constituíam apenas consequências práticas.

Em conjunto, as teorias que buscam analisar o autoritarismo neoliberal como um choque e rompimento explícito com a ordem democrática possuem o mérito de evidenciar uma relação que, dada sua frequência, pode ser caracterizada como mais do que meramente fortuita. Sua relevância social hoje é evidente: depois do motim de 6 de janeiro de 2022 nos Estados Unidos, insuflado de dentro do próprio Salão Oval, e das constantes ameaças aos outros poderes e ao próprio processo eleitoral levadas a cabo pelo campo bolsonarista (que, neste momento, paralisa vias no país todo em nome de uma intervenção militar), não é possível (voltar a) negligenciar este aspecto. Tendo o Chile de Pinochet como arquétipo, elas buscam evidenciar como o neoliberalismo frequentemente não admite sequer uma versão anêmica de democracia.

Por outro lado, uma questão complexa tende a ser menosprezada por essas teorias. Elas tendem a apresentar a questão como uma colisão entre campos contrários: de um lado, um projeto neoliberal-autoritário que é rechaçado pela população; de outro, o povo e a democracia. Se é verdade que esta relação se apresentou frequentemente deste modo, passadas quase cinco décadas de hegemonia neoliberal, não se pode desconsiderar sua capilarização no próprio corpo social, seu apelo ideológico, seu funcionamento como “cimento social”. Daí porque é necessário complementar esta vertente com uma consideração da ideologia e forma subjetiva neoliberal.

Além disso, ao focar exclusivamente na interrupção democrática explícita (como é o caso especialmente de Klein), este enfoque também perde de vista outras formas de autoritarismo neoliberal, operantes mesmo quando vigora o *business as usual* democrático, isto é, com eleições periódicas, instituições abertas, disputa pluripartidária. Daí sua dificuldade de explicar manifestações de autoritarismo neoliberal mais insidiosas, nem sempre implementadas por lideranças políticas que se autodeclaram “neoliberais” – e que muitas vezes recusam expressamente tal ideologia –, mas que fazem uso de algumas ou muitas de suas técnicas de governo. O que nos leva às teorias que giram em torno de uma “revolução furtiva” neoliberal.

A revolução furtiva

A inspiração para esta designação advém do subtítulo da obra *Undoing the Demos: Neoliberalism's stealth revolution*, da cientista política estadunidense Wendy Brown. O livro, publicado em 2015 busca reunir contribuições marxistas com insights foucaultianos para compreender "as formas pelas quais o neoliberalismo [...] está silenciosamente desfazendo elementos básicos da democracia" (Brown, 2017, p. 17).

A ideia lançada por Foucault de que o neoliberalismo não opera pela liquidação da política, do Estado e da sociedade civil, mas por sua reconfiguração em termos econômicos é um fio condutor que guia a análise de Brown. Em suma, o que está em jogo é a transmutação do "governo" em "gestão": na calada da noite, o Estado mesmo havia se transformado em uma empresa capitalista, guiada por perda e lucros, retornos sobre investimento, dividendos sociais; de modo correlato, o cidadão também havia sido substituído por um *Homo oeconomicus* neoliberal cujo raciocínio não seguia mais a lógica da participação política, da igualdade de oportunidades, da justiça social, mas um cálculo de inputs e outputs, concorrência e incremento do capital humano.

Quando a participação democrática se assemelha à deliberação de um conselho de acionistas e a relação entre Estado e cidadão é reduzida a um jogo de busca de maximização de ganhos marginais, argumenta Brown (2017), muitas vezes sequer é necessário dar um passo além e de fato entrar em choque com instituições democráticas - a rigor, o choque pressupõe duas entidades distintas, com lógicas, racionalidades e técnicas igualmente distintas, justamente o que é aplainado pela revolução furtiva neoliberal. Caso esta revolução ainda não seja suficiente para satisfazer o ímpeto autoritário, ela opera como uma antessala do choque, afinal, sem cultivo do bem-estar comum e da coisa pública, a democracia é em tal grau reduzida que sua defesa já não atrai boa parte da sociedade.

Para desenvolver estas noções, Brown (2017) recorre a ideias pioneiras de Foucault. Foi ele quem detectou esta "multiplicação da forma 'empresa' no interior do corpo social" (Foucault, 2008, p. 203) quando praticamente apenas o saber neoliberal estava à sua disposição (afinal, em 1978 e 1979 ainda não era possível ter noção da escala que o fenômeno adquiriria globalmente nas décadas seguintes). Partindo apenas de experiências embrionárias, como a da economia social de mercado alemã no rescaldo da 2ª Guerra Mundial, ele notou que uma mutação fundamental na relação entre política e economia estava em jogo:

"Com isso [...], vocês veem que a relação entre uma economia de concorrência e um Estado não pode mais ser de delimitação recíproca de áreas diferentes. Não haverá o jogo do mercado, que se deve deixar livre, e, depois, a área em que o Estado começará a intervir [...]. Vai se ter, portanto, uma espécie de justaposição total dos mecanismos de mercado [...] e da política governamental" (Foucault, 2008, p. 164-165).

Esta mutação seria formulada de forma ainda mais extrema na teoria anarcocapitalista estadunidense, especialmente a partir da Escola de Economia de Chicago. Debruçando-se sobre as obras de pensadores neoliberais, Foucault se deparou com essa ambição totalitária do neoliberalismo de recriar o mundo à imagem e semelhança da empresa capitalista. O objetivo aí é "generalizar a forma econômica do mercado [...] em todo o corpo social, [...] até mesmo em todo o sistema social que, de ordinário, não passa ou não é sancionado por trocas monetárias" (Foucault, 2008, p. 333-334).

No entanto, se é verdade que Foucault já havia detectado incipientemente uma relação tensa que vai se estabelecer entre o sujeito de direitos e o sujeito econômico, entre as lógicas inversas que regem o contrato social e as regras do mercado (cf. Foucault, 2008), coube a Brown (2017) desenvolver aquilo que vê como insuficiências políticas da analítica foucaultiana e expandir a noção de que o neoliberalismo desfaz por dentro as tramas democráticas, tendo em vista especialmente o desenvolvimento histórico do neoliberalismo.

Em seu livro seguinte, *Nas ruínas do neoliberalismo*, publicado nos Estados Unidos em 2019, Brown realiza uma espécie de autocrítica. Em sua concepção, a ascensão de forças autoritárias como Trump havia demonstrado que o neoliberalismo não pode ser descrito apenas como a “economicização” de todas as esferas da vida (como ela havia argumentado no livro prévio, seguindo Foucault e a tradição marxista, em uma convergência para muitos surpreendente); era necessário prestar contas igualmente da campanha de moralização da sociedade que acompanha de perto o espraiamento de uma lógica empresarial. Brown desenterra aí um elemento pouco notado nos estudos críticos sobre neoliberalismo, a saber, o papel reservado à tradição e à moral já no pensamento de teóricos como Hayek – um papel equiparável até mesmo ao do mercado.

A tese referente a um movimento insidioso de corrosão da democracia pelo neoliberalismo, enquanto preserva sua casca intacta, ainda é, de qualquer forma, mantida pela autora. Sua análise alterna entre episódios concretos – análise de acórdãos da Suprema Corte estadunidense, a apresentação da presidência de Trump como um misto de empresa competitiva e casa/família a ser defendida de seus inimigos, os ataques vis e viscerais da *alt-right* – e uma análise voltada à própria teoria neoliberal, especialmente ao modo como Hayek e Friedman buscam dismantelar a sociedade, destronar a política e estender uma noção questionável de esfera pessoal que deve ser expandida e protegida dos supostos excessos democráticos.

As obras (Dardot; Laval, 2016, 2019) produzidas a quatro mãos pelo sociólogo Christian Laval e pelo filósofo Pierre Dardot, ambos franceses, parte dos mesmos impulsos fundamentais. Recorrendo ao curso de Foucault e abordando o neoliberalismo como uma “razão-mundo”, o foco é compreender como esta racionalidade satura todos os planos da vida social e individual e traz com ela um déficit democrático evidente, seja pela concentração de capital e poder político nas mãos de uma oligarquia global; pelo ataque a um projeto de sociedade determinado pela soberania popular; pelo avanço do mercado sobre as mais diversas formas da existência humana; por medidas que visam amordaçar a vontade do povo, direcionando a riqueza socialmente produzida para instituições financeiras por meio de legislações desenhadas para tal; pelo primado do direito privado sobre o público; pela promoção ubíqua da concorrência como forma básica de sociabilidade; entre outros. Aqui, os principais casos analisados concentram-se na Europa: a Turquia de Erdogan e seu projeto de conduzir o país com o islamismo em uma mão e uma grande empresa na outra; os imbróglios que colocaram o Syriza e a Grécia de um lado e a Troika, de outro; as políticas do Banco Central Europeu; e, claro, a França contemporânea compõem o cenário de suas análises.

Em termos de seus alcances, estas teorias foram capazes de demonstrar o vocabulário, a racionalidade e as técnicas notoriamente neoliberais que se encontravam subjacentes a governos supostamente avessos à tal

ideologia - tal qual a presidência de Barack Obama, nos Estados Unidos. Para além do escancarado resgate às instituições financeiras de Wall Street, mesmo suas políticas aparentemente menos afeitas ao ideário neoliberal carregavam suas marcas. O programa *Medicare*, planos de fomento à casa própria, fomento à educação e à ciência e tecnologia, luta contra a discriminação de gênero, aumento do salário-mínimo, combate à mudança climática, todos eram formulados pela equipe do democrata a partir de uma gramática tipicamente neoliberal de incentivo à competitividade, inovação, atração de investimentos, e não de justiça social, igualdade radical, reparação ou democracia. Mais do que uma formulação de pautas progressistas de um modo atrativo para o *big business*, estes deslizamentos semânticos contribuíam para o enfraquecimento de uma cultura cidadã robusta, para o solapamento da lógica democrática, para a reconfiguração interna das instituições políticas. Estas teorias revelam, assim, como o neoliberalismo opera igualmente por técnicas de *soft power*, por uma lógica de “cupim” e não tanto de “leão” (Brown, 2017, p. 35).

Esta visada privilegiada sobre estes governos, entretanto, também revela uma fraqueza destas teorias: ao focar a “revolução furtiva”, que ocorre de modo sorrateiro e mina por dentro a democracia, muitas vezes se ofusca que foram estas mesmas administrações que declararam guerra contra outros países e seu próprio povo - ou, mais precisamente, a uma parcela dele. Cabe não perder de vista que a insurreição neoliberal que atua por um deslocamento da gramática, espírito e racionalidade é acompanhada de perto por um aumento vertiginoso de intervenções militares externas (como discutido na seção anterior) e práticas punitivas internas - indicando que mesmo experiências mais “suaves” de neoliberalização não podem prescindir de sua linha dura. Este é o assunto das teorias que se debruçam sobre a relação entre neoliberalismo e guerra interna.

A guerra interna

Se a intervenção externa é assunto privilegiado das teorias do choque supramencionadas⁴, a linha interpretativa ora enfocada busca analisar o caráter autoritário do neoliberalismo a partir de uma guerra intestina. Declarada majoritariamente contra populações pobres, não brancas e imigrantes, a guerra doméstica como forma de gestão populacional tem sido uma marca de experiências de neoliberalização.

O livro de Chamayou (2020) supracitado também elucida esta faceta do neoliberalismo por meio da análise da guerra contra sindicatos, movimentos organizados, e mesmo parte da própria classe gerencial (já não mais tão seduzida pelas promessas da empresa capitalista). Analogamente, o quarto capítulo do livro de Jamie Peck (2013) supracitado também aborda esta guerra. A própria obra de Klein (2008) também já apontava neste sentido ao incluir Nova Orleans, por exemplo, em seu estudo. Mas é nas obras de Loïc Wacquant e Bernard Harcourt que a relação entre encarceramento em massa, aumento

⁴ Obras discutidas na seção “O choque” não desconsideram de modo algum a dimensão intestina envolvida em experimentos de choque, mas o componente geopolítico, com os Estados Unidos à frente de uma cruzada neoliberal global, ganha um papel preponderante, especialmente na obra de Klein (2008).

da violência institucional e recrudescimento das práticas punitivas, de um lado, e neoliberalismo, de outro, foi investigada de modo mais detido.

Desde meados dos anos 1990, com *As prisões da miséria* e os textos que compõem *Punir os pobres*, o sociólogo francês Loïc Wacquant (2001, 2007) já começara a investigar essa curiosa combinação entre “um ‘mais Estado’ policial e penitenciário [e um] ‘menos Estado’ econômico e social” (Wacquant, 2001, p. 4) que tanto marca as experiências de neoliberalização pelo globo. A miséria, insegurança social e precarização laboral deixadas no rastro das medidas econômicas neoliberais clamavam por uma gestão populacional de contenção; entra em cena um leviatã conjurado a exercer as tarefas penais no exato momento em que era demitido da esfera social. Quando carreiras estáveis, consumo em massa e a sociedade de classe média são substituídos por bicos, pobreza e supranumerários, são convocadas prisões, polícias e cortes para debelar a implosão desta sociedade.

Apaisagem que marca a emergência desta sociedade da “lei e ordem”? Personagens comuns em meios neoliberais. Ela nasce no Reino Unido e nos Estados Unidos na virada dos anos 1960, mas tem um ponto de inflexão durante a gestão de Rudolph Giuliani como prefeito de Nova York entre 1994 e 2001. É neste momento que políticas ultra-autoritárias de “tolerância zero” saem de *think tanks* como o Manhattan Institute ou a Heritage Foundation, passam por selos de aprovação “científicos” e penetram diretamente o gabinete da prefeitura, ocasionando um aumento vertiginoso de detenções (flagrantemente ilegais), abusos policiais, extorsões institucionais e assassinatos estatais. Não é fortuito, portanto, que, 20 anos depois, Giuliani tenha se tornado conselheiro e advogado de Trump – que, assim como o ex-prefeito de Nova York, também queria administrar o país como um misto entre equipe da SWAT e empresa listada na Fortune 500.

De Nova York, esta forma bélica de gestão dos conflitos sociais viaja para ganhar o mundo. E também abandona o domínio exclusivo de partidos manifestamente conservadores para se imiscuir em programas como o do democrata Bill Clinton ou o *New Labour* de Tony Blair – entre tantos outros, como se sabe bem no Brasil. Se uma retórica por vezes francamente antineoliberal era professada por seus porta-vozes, suas respectivas políticas penais pareciam ceder cada vez mais a um consenso penal e securitário neoliberal.

Grosso modo, a mesma relação entre mercados, guerra e prisões ressurge teorizada na obra de Bernard Harcourt, teórico crítico estadunidense que também é editor de diversos cursos e obras de Foucault nos Estados Unidos e na França. Em obras como *The illusion of free markets* (2012) e *The counterrevolution* (2018), o professor de Columbia busca mostrar como, a despeito de toda a retórica de um Estado mínimo, “nossos mercados contemporâneos [...] são exaustivamente policiados” (Harcourt, 2012, p. 17) e como táticas de contrainsurgência praticadas no terror colonial e no Oriente Médio no rescaldo dos ataques de 11 de setembro de 2001 foram cada vez mais internalizadas nos Estados Unidos como formas de “pacificação” social (ainda que na ausência de uma insurgência organizada) – processo que começa com George W. Bush, passa pela administração de Obama, e atinge seu ápice com Trump (neste ponto, os paralelos com a tese de Klein são abundantes).

No entanto, Harcourt (2012) propõe alargar o escopo teórico e histórico, mostrando como o nexos mercados livres/corpos presos não começa com Reagan,

Thatcher e a guinada neoliberal dos anos 1970, mas já está plenamente previsto no liberalismo clássico. Daí porque refaz o percurso desta relação partindo de fisiocratas como François Quesnay, passando por Cesare Beccaria, Jeremy Bentham e Adam Smith antes de chegar em Hayek, Gary Becker, Richard Epstein, Richard Posner e no hiperpunitivismo contemporâneo.

Harcourt (2012) mostra como o pensamento liberal sempre conviveu com esta contradição entre a defesa apaixonada do mercado liberto como uma entidade natural que cabe deixar intocada pelo governo e a mesma paixão dirigida à apologia de um Estado forte na esfera criminal e punitiva. Em iterações formuladas especialmente em Chicago, a espontaneidade e naturalidade do mercado são substituídas por outra entidade etérea: sua suposta “eficiência”. Mas, assim como na teoria liberal do século XVIII, elas também exigem um policiamento autoritário para funcionar: em um mecanismo de feedback, a naturalização dos mercados (ou a crença em sua “eficiência” constitutiva) favorece sua atuação inquestionada, o que leva a mais desigualdade social; esta, por sua vez, tende a produzir uma repressão social intensificada como forma de manutenção da ordem. Daí porque, defende Harcourt (2012), períodos de expansão dos mercados tendem a coincidir com períodos de expansão carcerária.

Assim como as obras que expõem a “revolução furtiva”, o que os trabalhos desta seara revelam é o autoritarismo que se instala mesmo em contextos formalmente democráticos, sentenciando setores da população a formas de vida marcadas pelo despotismo legal, ao passo que reserva reinos de liberdade para outros. Ao contrário de algumas previsões de Foucault sobre a perda de centralidade da prisão e de medidas de gestão populacional mais diretas no neoliberalismo (a respeito disto, cf. Altheman; Martins; Camargos, 2020), o que estas teorias mostram é que garantias jurídicas mínimas, direitos humanos fundamentais, devido processo penal, acesso a oportunidades de defesa são suspensos para todo um universo populacional que deve ser domado. Elas evidenciam que o Consenso de Washington não se restringia a um ajuste estrutural fiscal e econômico, mas englobava igualmente uma política penal autoritária.

A diferença em relação às teorias tratadas na seção anterior é o grau da violência imediata exposto nestas investigações. Neste sentido, trata-se de um autoritarismo análogo àquele analisado pelas teorias do choque, mas com um foco mais notadamente interno. Além disso, se aquelas enfatizam um deslocamento de uma lógica democrática geral, estas realçam o caráter diferencial (especialmente em termos de classe e raça) do autoritarismo neoliberal.

Comentários conclusivos: do neoliberalismo ao liberalismo

As obras em foco fazem parte de uma constelação de estudos sobre o neoliberalismo que se formou, *grosso modo*, nos últimos 15 anos. Muitas outras poderiam ser aqui inclusas⁵. Em sua emergência, encontram-se as experiências antidemocráticas do século XXI e o embate entre marxismo e analítica foucaultiana.

⁵ É o caso de obras de David Harvey (2018), Wolfgang Streeck (2016), Alfredo Saad-Filho (2021), entre tantas outras que abordam o tema em questão. Como o balanço foca as obras

De forma geral, elas têm o mérito de explicitar o nexo constitutivo entre neoliberalismo e autoritarismo. Por meio de análises perspicazes, esta relação é investigada em suas distintas dimensões: são sublinhados os distintos mecanismos autoritários postos (por vezes literalmente) em marcha nos experimentos de neoliberalização, sejam eles de cunho explícita ou furtivamente antidemocrático, operem eles pelo deslocamento da noção de cidadania via uma modalidade empresarial de subjetivação ou pelo incremento de práticas hiperpunitivas, mostrando como o autoritarismo acompanha o neoliberalismo como sua sombra.

No Brasil, o impacto destas análises urdidas em língua inglesa ou para ela traduzidas é digno de nota. Os paralelismos abundam: seja o recrudescimento do neoliberalismo às suas formas mais abertamente autoritárias - a partir do golpe de 2016 e da ascensão de Temer e Bolsonaro aqui, e de líderes e organizações como Trump, Orbán, Le Pen, Alternative für Deutschland (AfD) lá -, seja pela capilarização do neoliberalismo debaixo da superfície presente em governos e partidos prévios - democratas, Sozialdemokratische Partei Deutschlands (SPD) e trabalhismo britânico lá, Partido dos Trabalhadores (PT) aqui -, fato é que o campo de estudos críticos do neoliberalismo revigorado nos últimos 15 anos aponta para fenômenos análogos que emergem no mundo todo.

Como crítica geral, cabe mencionar, entretanto, que boa parte dos estudos mencionados se restringe a acompanhar o rastro autoritário apenas quando ele se apresenta em um quadro neoliberal, sem estender a análise também para o liberalismo⁶. Pelo contrário, muitas vezes buscam preservá-lo, apresentando sua iteração nos séculos XX e XXI como deturpação, desvio ou cooptação. Ao fazê-lo, uma incômoda indagação predomina, especialmente para aqueles que vivem na periferia do sistema: será que o autoritarismo da tradição liberal (com ou sem prefixo "neo") só estorvou o suficiente para se tornar problema de pesquisa quando ele chegou também ao Norte? E mesmo dentro dos países da Europa ocidental ou nos Estados Unidos, será que foi só quando seus efeitos mais perversos também começaram a atingir setores brancos, masculinos e de classes mais favorecidas que o campo se estruturou de modo sistêmico? Afinal, na América Latina, conhecemos ao menos desde 1973 o caráter profundamente autoritário do neoliberalismo - mas este não foi propriamente inaugurado sequer neste momento.

A revolução haitiana eclodida em São Domingos apenas dois anos após a Revolução Francesa e a restauração estática da sociedade burguesa após as revoluções de 1848 na própria Europa já demonstravam como o autoritarismo era parte constitutiva do próprio liberalismo, o outro lado de sua moeda, sua tendência latente. Nas colônias, este conviveu bem com escravidão. Mesmo no Norte, pôde adaptar-se até mesmo ao nazifascismo. E nunca deixou de aceitar boas doses de autoritarismo e barbárie, desde que praticadas atrás das cortinas ou em corpos que sempre foram matáveis. Críticas radicais como a de Marx, da Escola de Frankfurt ou de Frantz Fanon - ou mesmo nos momentos altos de Foucault, uma das referências no campo - apontavam justamente este aspecto.

produzidas a partir do encontro entre a tradição dialética e a linha foucaultiana, elas não foram aqui incluídas, mas constituem contribuições essenciais ao debate.

⁶ Salvo raras exceções, como é o caso de Harcourt (2012).

Talvez seja o caso de considerar o neoliberalismo não como a monstruosidade que desvia do liberalismo, mas sua explicitação cabal (e daí desbloqueiam-se os acessos para compreender as afinidades que existem entre neoliberalismo e fascismo, duas hastes que despontam da mesma raiz contrarrevolucionária). Dialeticamente, ambos mostram que a defesa da ordem existente pode passar tanto pela manutenção quanto pelo sacrifício dessa mesma ordem.

Em outras palavras, apesar de muito ricas, várias das análises que formam o campo parecem atribuir exclusivamente ao neoliberalismo fenômenos que são, antes, da ordem do capitalismo como modo de produção. Se em tempos neoliberais eles se mostram de modo mais explícito, talvez seja porque esta é uma de suas configurações mais extremas, e não porque foram arquitetadas apenas então. Refazer os fios de ligação entre neoliberalismo e liberalismo (e, portanto, capitalismo), de um lado, e autoritarismo, de outro, ainda é uma tarefa premente do campo.

Referências

- ALTHEMAN, E.; MARTINS, A.; CAMARGOS, P. Entre o *Homo Oeconomicus* e o *Homo Criminalis*: neoliberalismo, punição e regimes de subjetivação". **Mediações**, v. 25, n. 2, p. 339-357, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2020v25n2p339>.
- BRENNER, N.; THEODORE, N. Cities and the geographies of "actually existing neoliberalism". **Antipode**, v. 34, n. 3, p. 349-379, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-8330.00246>.
- BRENNER, N.; THEODORE, N. (ed.). **Spaces of neoliberalism**: urban restructuring in North America and Western Europe. Oxford: Blackwell, 2008.
- BRÖCKLING, U. **Das unternehmerische Selbst**: Soziologie einer Subjektivierungsform. Berlin: Suhrkamp, 2007.
- BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.
- BROWN, W. Neoliberalism's Frankenstein: authoritarian freedom in twenty-first century "democracies". **Critical Times**, v. 1, n. 1, p. 60-79, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1215/26410478-1.1.60>.
- BROWN, W. **Undoing the demos**: Neoliberalism's stealth revolution. New York: Zone Books, 2017.
- CHAMAYOU, G. **A sociedade ingovernável**: uma genealogia do liberalismo autoritário. São Paulo: Ubu, 2020.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- COOPER, M. **Family values**: between neoliberalism and the new social conservatism. New York: Zone Books, 2019.
- COOPER, M. **Life as surplus**: biotechnology and capitalism in the neoliberal era. Seattle: University of Washington Press, 2008.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

- DARDOT, P.; LAVAL, C. **Never-ending nightmare**: the neoliberal assault on democracy. London: Verso, 2019.
- DAVIS, M.; MONK, D. B. (ed.). **Evil paradises**: dreamworlds of neoliberalism. New York: New Press, 2007.
- DELLA TORRE, B.; COOPER, M. The holy family: neoliberalism and neoconservatism in the current far-right: interview with Melinda Cooper. **Cultural Dynamics**, v. 34, n. 3, p. 242-250, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1177/09213740221093079>.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **Crise et sortie de crise**: ordre et désordres néolibéraux. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRASER, N. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- GAGO, V. **A razão neoliberal**: economias barrocas e pragmática popular. São Paulo: Elefante, 2018.
- HALL, S.; JACQUES, M. (ed.). **New times**: the changing face of politics in the 1990s. London: Lawrence & Wishart, 1989.
- HALL, S.; JACQUES, M. (ed.). **The politics of Thatcherism**. London: Lawrence and Wishart, 1990.
- HAN, B.-C. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas formas de poder. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.
- HARCOURT, B. E. **The counterrevolution**: how our government went to war against its own citizens. New York: Basic Books, 2018.
- HARCOURT, B. E. **The illusion of free markets**: punishment and the myth of natural order. Boston: Harvard University Press, 2012.
- HARVEY, D. **A loucura da razão econômica**: Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17. ed. São Paulo: Loyola, 1998.
- JACQUES, M. The death of neoliberalism and the crisis in western politics. **The Observer**, 21 Aug. 2016. Disponível em <https://www.theguardian.com/commentis-free/2016/aug/21/death-of-neoliberalism-crisis-in-western-politics>. Acesso em: 15 jul. 2022.
- KLEIN, N. **A doutrina do choque**: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- LEMKE, T. **Eine Kritik der politischen Vernunft**: Foucaults Analyse der modernen Gouvernementalität. Berlin: Argument Verlag, 1997.
- MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MIROWSKI, P.; PLEHWE, D. (ed.). **The road from Mont Pèlerin**: the making of the neoliberal thought collective. Boston: Harvard University Press, 2009.

- PECK, J. **Constructions of neoliberal reason**. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- SAAD-FILHO, A. **The age of crisis**: neoliberalism, the collapse of democracy, and the pandemic. Cham: Palgrave Macmillan, 2021.
- STREECK, W. **How will capitalism end?** Essays on a failing system. London: Verso, 2016.
- SUNDER RAJAN, K. **Biocapital**: the constitution of postgenomic life. Durham: Duke University Press, 2006.
- WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- WACQUANT, L. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia: Revan, 2007.

Resumo

Autoritarismo neoliberal: um balanço

O artigo consiste em um balanço bibliográfico sobre o tema “teorias recentes do neoliberalismo”. O recorte temático empregado centra-se nas relações entre neoliberalismo e autoritarismo, que são analisadas a partir de três dimensões: teorias do choque, revolução furtiva e guerra interna. A baliza temporal utilizada para fins da análise é o intervalo entre 2007 e 2022. São analisados livros escritos originalmente em língua inglesa ou para ela vertidos. O objetivo do texto é analisar criticamente este campo do pensamento social, sublinhando seus pontos fortes, mas também suas lacunas e insuficiências.

Palavras-chave: *Neoliberalismo; Autoritarismo; Desdemocratização.*

Abstract

Neoliberal authoritarianism: an assessment

The article consists of a bibliographic review on the topic of “recent theories of neoliberalism,” focusing on the relations between neoliberalism and authoritarianism. I analyze these from three dimensions: theories of shock, stealth revolution, and internal warfare. The timeframe used for the analysis is the interval between 2007 and 2022. I focus on books originally written or translated into English. This text aims to critically analyze this field of social thought, highlighting its strengths as well as its gaps and shortcomings.

Keywords: *Neoliberalism; Authoritarianism; De-democratization.*

Résumé

Autoritarisme néolibéral : un balance

Cet article c’est une revue bibliographique sur la thématique des « récent théories du néolibéralisme ». La sélection thématique utilisé est centrée sur les relations entre le néolibéralisme et l’autoritarisme, qui sont analysés dès trois dimensions : les théories du choc, révolution furtive et guerre interne. Le période de temps utilisé pour des analyses est l’intervalle entre 2007 et 2022. Des livres écrits ou traduits en anglais ont été analysés. L’objectif du texte est d’analyser ce champ de la pensée sociale, en mettant en évidence ses points forts, mais aussi ses lacunes et défauts.

Mots-clés : *Néolibéralisme ; Autoritarisme ; Dé-démocratisation.*

© 2022 Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos de licença Creative Commons